

EDUCAR E FORMAR AO LONGO DA VIDA: “MUDAM-SE OS TEMPOS, MUDAM AS FORMAÇÕES...”

(2006)

Paula Susana da Silva Correia
Licenciada em Animação Sócio Educativa
pela Escola Superior de Educação de Coimbra (Portugal)

Email:
pupkys@yahoo.com

RESUMO

Actualmente a evolução para além de ser permanente, é muita rápida, ao contrário do que acontecia no século anterior. Perante uma conjuntura económica difícil e limitada, a população trabalhava maioritariamente no sector primário, não tinha acesso à educação, e vivia na fome e na miséria. Com a mudança do regime e com a entrada de Portugal na União Europeia, houve uma mudança abissal. Começando por uma abertura da economia criando emprego, não só para os homens como para as mulheres. Abriram-se novas portas para o acesso à educação básica, profissional e universitária, assim como cursos de educação de adultos, para a população analfabeta. Depois de se passar a vida inteira no mesmo no local de trabalho, agora está-se com constante formação e a evoluir profissionalmente, implicando cada vez mais a mudança de emprego. Aposta-se sobretudo na polivalência. No entanto, apesar de toda esta melhoria, a sociedade em geral tem-se deparado com outro tipo de problemas, instabilidade da economia, deslocalização de empresas para países onde o custo de vida e a mão-de-obra mais barata, que origina desemprego. É um dos grandes desafios de toda a sociedade em geral e de cada um de nós em particular, lutar pela progressão profissional, com a constante evolução tecnológica e sobretudo saber lidar com pessoas.

Palavras-chave: Educar e formar, escola, carreira profissional, emprego versus desemprego, interculturalidade

“... a mudança é o processo pelo qual o futuro invade as nossas vidas; é a morte da permanência. Os laços com cada palavra ou gesto apreendidos já não são duráveis, originando a cada momento um gesto de impermanência. O indivíduo é obrigado a reaprender, a todo o instante o seu ambiente exterior e a renovar, em intervalos cada vez menores, as concepções da realidade e as imagens mentais do mundo.”

(NOGUEIRA, 1996, Pag. 39)

Desde o século passado têm-se verificado alterações abissais na conjuntura económica, repercutindo-se em todo o contexto sócio-cultural e educativo.

De um regime autoritário, o regime salazarista, passou-se para uma democracia.

O primeiro regime era limitado caracterizando-se pela pobreza; rigidez, no que respeita a normas, atitudes e valores; trabalho precário, acompanhado pelo analfabetismo. Foi um regime que sempre impediu a liberdade de expressão, assim como proibiu os direitos cívicos, sobretudo das mulheres. No entanto, privilegiava a religião, a “aparência moral” e a educação baseada na repressão. A ideia que subsistia era que o povo português não sentia necessidade de aprender.

O percurso de vida da população durante do século passado centrava-se na agricultura desde muito crianças até à morte, ou, com a chegada da industrialização, pela realização de trabalhos mecanizados e rotineiros. O trabalho caracterizava-se pela “pedagogia da produção em massa, que foi a máquina engenhosa criada pelo industrialismo para arranjar o género de adultos de que precisava”. (Nogueira, 1996, pag. 40) Não existindo assim, qualquer tipo de sistema de segurança social como o que existe actualmente, assim como as reformas. Daí a existência de uma população analfabeta (homens e mulheres). Este analfabetismo foi mais acentuado nas mulheres, porque estas sempre tiveram mais restrições. Era apenas um número muito restrito de mulheres que podia frequentar a escola. As que tinham essa possibilidade, enveredavam pelos cursos de enfermagem ou do magistério primário.

Este século foi também marcado pela emigração e migração, sobretudo do interior para o litoral.

Voltando ainda à educação, o século XX caracterizava-se pela sua rigidez e obediência total, onde era imperativo que os alunos memorizassem conhecimentos específicos. Infelizmente também foi marcado pela agressão física e pelo medo.

Vivia-se num contexto sócio económico difícil e limitado que se repercutiu em grande medida no contexto cultural e educativo, padronizando as mentalidades, comportamentos e atitudes. Apesar de todos os aspectos pejorativos, foi criado o PNAEBA (Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos) e o ensino recorrente, posteriormente. O objectivo era actuar sobretudo nas regiões mais desfavorecidas educacional e culturalmente, na população

adulta. O ensino recorrente, por sua vez, destinava-se aos adultos a quem eram atribuídos diplomas e certificados equiparados aos do ensino regular.

Com o 25 de Abril de 1974 e com a entrada de Portugal da EU, toda a conjuntura sofreu colossais alterações.

As mulheres conheceram direitos que até então lhe deram vedados, os papéis sociais alteraram-se quer ao nível profissional quer ao nível familiar. Estas mudanças sucederam pela abertura do país e da sua economia, que permitiu a chegada do modernismo e tecnologia. Implementaram-se novas indústrias e conseqüentemente criaram-se ao nível social novas instituições de solidariedade social requisitando muita mão-de-obra.

Esta nova conjuntura económica que proliferou nos anos 80 e 90, implicou obrigatoriamente uma nova escola tendo subjacente uma nova perspectiva educativa. Uma escola mais aberta, mais liberal, que em vez de conhecimentos específicos memorizados, privilegiava a polivalência, interdisciplinariedade e a transversalidade. Ou seja, como se está numa era em constante mutação, pretende-se uma escola que prepare os seus alunos com conhecimentos das mais variadas áreas. Porque, “se quiserem facilitar a adaptação à vida posterior, terão de tentar experiências muito mais variadas, aceitando o princípio da diversidade, em circunstâncias de hiperescolha, sem posição de um conjunto rígido de valores.” (Nogueira, 1996, pag. 40).

A escola não só tinha o desafio de direccionar a educação para as crianças portuguesas como também para as imigrantes, que estavam em número crescente. Daí a educação inter/multicultural, que irá permitir a aproximação não só das crianças, como das pessoas em geral, criando um espírito reflexivo de tolerância e abertura. Como o próprio Conselho da Europa afirmou em 1989, “A interculturalidade não diz respeito, apenas, aos emigrantes e a pedagogia intercultural não se refere, unicamente, às crianças. Trata-se da eleição de um tipo de sociedade, processo difícil, que se inscreve na perspectiva de um mundo que, para sobreviver, opta pela interdependência, em vez de fechar numa atitude defensiva.” (PERES, 1999, pag 35)

Este novo contexto escolar pressupõe o surgimento de novos conceitos. De analfabetismo passou-se para a dita iliteracia, assim como surgiram novos conceitos: necessidades educativas especiais, escolaridade obrigatória, currículos alternativos, entre outros.

Se há a preocupação constante em criar uma escola que acompanha a mudança abrupta da sociedade, porque é que continua a perseguição da estatística de maior número de iletrados e insucesso escolar da Europa? Porque é que as crianças apresentam cada vez mais dificuldades ao nível da aprendizagem. Só sabem soletrar e têm muitas dificuldades ao nível da compreensão e leitura. Só um número muito reduzido de crianças consegue fazer cálculos mentalmente e memoriza a tabuada.

Os avós e pais de hoje perguntam persistentemente: “porque é que no meu tempo nós tínhamos de saber tudo de cor e as crianças hoje não sabem nada, só resolvem um problema com ajuda?”

É necessário considerar actualmente que a panóplia de conhecimentos a assimilar é muito superior, assim como a sua complexidade.

Estes novos conhecimentos têm um efeito contraproducente. Se por um lado se disponibiliza todos os conhecimentos para preparar as crianças, por outro, apesar do acesso a todo tipo de conhecimentos, do acompanhamento educativo e por vezes psicológico, as crianças apresentam um nível de iliteracia elevadíssimo, estando completamente dependentes de quem os acompanha, seja professor, animador ou os próprios pais.

Extrapolando esta questão para uma “pequena grande” realidade que advém do macrosistema actual: o papel individual, familiar e das organizações, importa referir um aspecto pertinente. Porque é que se insiste e muito bem, na aproximação entre a escola e todas as organizações da comunidade envolvente, numa perspectiva de intervenção comunitária, para que as crianças e jovens consigam autonomia e socialização real, se vivemos num ambiente de distância, superficialidade, desresponsabilização e consumismo? Apesar a Aldeia Global em que se vive, há uma distância cada vez maior entre as pessoas. No entanto, promovem-se muitas iniciativas e projectos, alguns interessantes, porém outros com qualidade e impacto reduzido. Apenas “fazer por fazer”.

A nova perspectiva educativa deve desenvolver um curriculum integrador através de uma pedagogia de inclusão, diferenciada. Para que fosse possível procedeu-se a uma nova formação de professores e educadores, baseada na autonomia, permitindo a implementação de projectos e programas em áreas de intervenção prioritária. Tem-se procurado adequar o ensino ao meio envolvente, assim como às necessidades de cada criança, respeitando as suas idiossincrasias.

O Ministério da Educação implementou para isso, o Programa de Educação para Todos, que visa precisamente uma estratégia integrada na gestão das próprias escolas; recolha e tratamento de informação de forma a conhecer a escola e o seu meio circundante, para determinar as causas do insucesso e abandono escolar (observatório da qualidade da escola); e implementação de componentes locais e regionais nos currículos, que visa a articulação entre os conhecimentos das crianças e os objectivos cognitivos da cada área disciplinar.

Apesar de toda esta preocupação, que não tem sido tão eficaz como se esperava, importa ainda referir a (des) responsabilização.

Começando pelos pais, que por terem uma vida cada vez mais preenchida pela sua carreira profissional, insistem que a escola tem de fazer a 1ª (família) e a 2ª (escola) socialização. A escola por sua vez, afirma que os pais e o ATL (actividades de tempos livres) têm de ensinar as crianças, no que concerne ao ensino que deveria ser leccionado pelos professores. E certo tipo de serviços e acompanhamento apontam-se às câmaras municipais e respectivas áreas educativas. Estas por sua vez, responsabilizam o Estado.

No meio deste imbróglio do jogo do empurra, fica-se sem perceber quem tem responsabilidade e em quê. No entanto, há uma certeza: **TODOS TÊM RESPONSABILIDADE**

DE EDUCAR E SEREM EDUCADOS E DE ESTAREM CONSTANTEMENTE A APRENDER, PREFERENCIALMENTE A APRENDER.

É fundamental a consciencialização para que haja um empenhamento de todos, enquanto agentes educativos do seu próprio desenvolvimento e contribuir para o da sociedade em geral. Uma vez que, “vivemos num mundo complexo e plural. Actualmente, temos de aprender a viver e a conviver numa sociedade multicultural em que a diversidade étnica, linguística, cultural e social é uma realidade. Estamos em presença não apenas de diversidades individuais, mas de diversidades sistémicas, emergentes das sociedades pluralistas em que nos toca viver.” (PERES, 1999, pag.27)

Nesta perspectiva de educação e formação ao longo da vida, assistiu-se nestes últimos 20 anos ao “boom” do ensino superior e formação contínua e profissional.

Felizmente com a alteração do regime foi possível o livre acesso à educação básica e à universitária, numa estratégia centrada na educação para todos. Tem sido possível a formação dos trabalhadores como forma de actualização e reciclagem, o que tem sido positivo. Contudo, quer o ensino superior quer a formação profissional apresentam questões deficitárias.

Actualmente coloca-se em causa a frequência no ensino superior. Supostamente, os jovens quando entram no ensino superior, deveriam frequentar um curso que gostassem, que correspondesse às suas expectativas, se adequasse ao mercado de trabalho e quando terminassem o curso as próprias organizações encarregar-se-iam em direccionar os recém-licenciados para a inserção na vida activa.

O panorama apresenta-se cada vez mais difícil para os jovens. Apesar do crescente número de jovens na universidade e de instituições de ensino superior, Portugal continua a apresentar uma das mais elevadas taxas de iliteracia e insucesso escolar.

No entanto, constata-se que a realidade actual é muito diferente. A família empenha-se financeiramente durante 5 anos, para obter resultados supostamente imediatos, após o terminus do curso.

Porque é que se aposta cada vez mais na especialização, quando se exige polivalência e versatilidade? Com frequência desempenham-se funções que não têm a ver com a especialização obtida.

Outra questão pertinente a focar é a especialização em detrimento dos conhecimentos gerais. Investe-se na aquisição de conhecimentos muito técnicos, descurando a cultura geral e conhecimentos básicos gerais. Verifica-se constantemente, que os jovens universitários não sabem a tabuada, a raiz quadrada, entre outros conhecimentos considerados fundamentais. Grande percentagem não lê livros de cultural geral, literatura, entre outros.

A estratégia de educação e formação ao longo da vida, deverá ser avaliada, na medida em que é necessário diminuir a disparidade que se verifica entre a cultura técnica e a cultura geral.

Está também constantemente em discussão a falta de condições, eficiência e eficácia das universidades e do ensino que proporcionam, que se reflecte sobretudo na falta de preparação para o mercado de trabalho.

Paga-se cada vez mais para frequentar um curso superior e no entanto, a recompensa é cada vez menor. Frequentam-se cursos que não são a primeira opção, completamente desfasados da realidade em que a única alternativa possível é o desemprego, algum programa de ocupação ou estágio profissional e o voluntariado. São algumas das estratégias para ocultar a dura realidade do desemprego e a “selva” que é o mercado de trabalho.

Pode verificar-se o aumento do desemprego comparando o ano de 2005 com o de 2004 em quase todas as regiões. No cômputo geral, verifica-se um aumento comparando a taxa de 2005 (7,6) com a taxa homóloga registada no ano anterior (6,7), como se pode verificar no quadro do seguinte.

	4º trimestre de 2004	3º trimestre de 2005	4º trimestre de 2005	2004	2005
Portugal	7,1	7,7	8,0	6,7	7,6
Norte	8,0	8,8	9,0	7,7	8,8
Centro	4,8	5,4	6,0	4,3	5,2
Lisboa	8,1	9,0	9,0	7,6	8,6
Alentejo	9,4	9,4	9,4	8,8	9,1
Algarve	5,7	5,3	5,9	5,5	6,2
R.A. Açores	3,0	4,2	4,4	3,4	4,1
R.A. Madeira	3,5	4,4	5,1	3,0	4,5

Nota: regiões NUTS II de 2002.

Estuda-se cada vez mais e evolui-se na carreira académica, mas a realidade é trabalhar em outra área e observar constantemente, a colocação de pessoas com menor escolaridade nos seus lugares, principalmente por auferirem um vencimento inferior.

Observa-se uma visão lucrativa das organizações, que é reforçada por uma outra realidade que tem atingido todos os sectores. A recessão económica tem provocado muito desemprego, em todas as faixas etárias, independentemente do grau económico. Esta realidade agrava-se com a imigração, sendo mais um factor para elevar a concorrência quase desleal, injusta e frustrante. Caracteriza-se pelo recurso à ilegalidade, à exploração de mão-de-obra, reduzida qualidade e tudo isto se reflecte na produtividade. Perante este panorama tem-se assistido a um novo surto de emigração pela falta de alternativas.

É claro que são conhecidos todos os dias casos de sucesso. Uma vez que se tem direccionado a educação e formação ao longo da vida em consequência dos novos rumos do mercado de trabalho para o empreendedorismo, ou seja a criação do próprio emprego. Essa tem sido outra

das alternativas, onde se verifica, ainda que em número restrito, a criação de empresas de sucesso por esta via, aproveitando os recursos disponibilizados pela União Europeia, pelo governo, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Face a esta nova realidade, aposta-se constantemente na educação e formação ao longo da vida. Estamos permanentemente a evoluir em termos académicos, a realizar licenciaturas, mestrados, doutoramentos e a realizar formação profissional contínua.

Apesar de todas as dificuldades, esta educação permanente tem sido uma mais valia para a inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente evoluir na carreira profissional. Além da formação contínua e profissional, surgiram os cursos para a alfabetização dos adultos (cursos EFA) e mais recentemente os cursos de revalidação de competências, que não só têm permitido a reciclagem e actualização, como tem sido a alternativa para elevar o número de pessoas com a escolaridade obrigatória. Ou seja, tem como objectivos elevar as estatísticas do número de pessoas com a escolaridade obrigatória, implementar uma perspectiva de educação permanente e aumentar o leque de possibilidades respeitante à evolução pessoal e profissional.

Assim como o ensino académico tem apresentado resultados negativos, a formação também.

Como a UE disponibiliza financiamento para a formação, nos últimos anos cresceu em grande escala o número de centros de formação. Apesar da pertinência desta oferta, a qualidade do funcionamento dos cursos é duvidosa, com a agravante dos aspectos burocráticos menos claros.

Quanto à formação pós-laboral nem sempre se adequa à função desempenhada no local de trabalho e a taxa de desistência ou as faltas são em grande número.

Há outro elemento que importa referir, o excesso de formadores. Nos últimos anos, o número de formadores aumentou abruptamente, ficando a dúvida respeitante à competência e qualidade, dada a facilidade de obtenção do certificado.

A formação profissional também tem sido utilizada como alternativa para ludibriar os números negativos do desemprego. Os desempregados quando frequentam cursos estão ocupados e recebem um subsídio. É de referir que estas formações são fundamentais não só para ocupar as pessoas como pode permitir o acesso a outras alternativas profissionais. A questão que se coloca é que grande parte posteriormente à formação, continuam sem novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Quando finalmente se é bem sucedido e se tem um emprego, surgem outras questões igualmente problemáticas. Cultura organizacional difícil e complexa, com mentalidades fechadas, colocando entraves não só no que concerne ao trabalho propriamente dito, como impedem a evolução profissional no interior da instituição.

Todos os dias o cenário é pintado com pessoas a trabalharem no mesmo local há mais de 20 anos, não apresentando qualquer tipo de apetência para realizarem a função. Ou desempenham-

na de forma tão mecânica e rotineira resistindo a qualquer tipo de mudança. Este tipo de mentalidade que está presente numa das afirmações mais comuns, “sei mais do que os que têm cursos porque a experiência é tudo”, prejudica muito a produtividade. Esta atitude reflecte a perda de humildade, acompanhada da falta de espírito de equipa, coesão, imparcialidade e sobretudo ética profissional, que são determinantes para o fim das instituições.

É necessário ser paciente, perseverante e mostrar de forma indirecta o que funciona mal. Porque o conflito directo, na maioria dos casos só prejudicará quem entrou recentemente na instituição. A gestão de conflitos é um dos maiores desafios que as organizações enfrentam. Uma das soluções será conquistar a confiança destes funcionários resistentes à mudança, apresentando paulatina e gradualmente as alternativas. Na maioria das vezes não é possível devido ao tipo de contratos que são temporários e não há tempo para esta conquista. Acaba-se muitas vezes por se assumir a ideia de desresponsabilização e desinvestimento por se permanecer um período muito curto de tempo na instituição.

Por mais difícil que seja encarar uma situação como esta, tem de se reconhecer o elevado número de organizações que não dão qualquer hipótese. Os quadros de gestão necessitam de formação permanente, que implique a mudança de mentalidades. Porque esta mudança repercute-se automaticamente nos funcionários.

Assim sendo, é necessário reflectir e fazer o balanço entre o que se quer e o que se pode ter. Ou se aceita a política organizacional implementada ou decide-se procurar alternativas. Se se opta pela primeira, é imperativo saber lidar com a situação diariamente, o que não é fácil. Depois de alguns anos...será ainda mais complicado. Para agudizar este ambiente contribui a falta de valorização, a precariedade contratual acompanhada de salários muito reduzidos, permanecendo a sensação de indefinição, ao contrário dos gestores das instituições em que lhes são oferecidas condições muito compensatórias.

Perante um ambiente assim, em que não obstante o empenho do trabalhador, este está consciente que a qualquer momento pode ser despedido para dar lugar a pessoas que se dispõem a receber um salário inferior, ou por pessoas que recebam o subsídio de desemprego podendo serem integradas no programa de ocupação de desemprego. No entanto, tem-se assistido a uma nova realidade, as ditas falências, que actualmente têm o nome de insolvências.

Os trabalhadores são apanhados quase sempre desprevenidos e são sempre os mais lesados financeiramente. Todos estes factores, que se juntam a outros mais, apresentam, mais uma vez estatísticas negativas no que concerne à produtividade. Portugal é um dos países que apresenta um índice de produtividade reduzido.

Enquanto perdurar a visão do trabalhador como custo e não como um investimento, será difícil inverter esta tendência que tanto atormenta. Não só pela situação em que o trabalhador fica, a condição de desempregado, como pela desonestidade impune, a que se assiste com

“impavidez e serenidade” todos os dias. Alguns proprietários e gestores das empresas só pensam em mão-de-obra barata e lucro.

Como é que é possível encerrar empresas diariamente, quando se afirma ter muito trabalho e produção? Aqui verifica-se a incongruência de interesses entre trabalhadores e patrões.

Quando se opta pela a segunda opção, procurando alternativas, onde é que estão os empregos? Mudar irá proporcionar maior estabilidade pessoal, profissional e familiar? São questões a ponderar porque, não obstante a vontade de mudar, por vezes perde-se a coragem e opta-se pela acomodação. A carreira de um lado e a estabilidade pessoal e familiar do outro lado, são difíceis de atingir e muitas vezes incompatíveis.

Posto isto, comparando com tempos passados em que as pessoas permaneciam a vida inteira no mesmo local de trabalho de sol a sol, num trabalho repetitivo, fragmentado com horas rígidas, actualmente a situação profissional é sempre perseguida pela sombra da incerteza. Sofre-se uma pressão diária para acompanhar o mundo e a sua conseqüente evolução fugaz, numa função diferente, cada vez menos fragmentado e com ritmos próprios, onde os horários são cada vez mais flexíveis. Investe-se na actualização contínua, em conhecimentos inerentes à função desempenhada no local de trabalho. É fundamental ter capacidade em observar a sua organização e antecipar-se, devido à excessiva competição, se se pretende evoluir profissionalmente. Depois o outro lado da questão, dedicar tempo à família, pagar os empréstimos e claro, cuidar de si próprio.

É imperativo repensar o sistema desde raiz. Pensar nas escolas e no método de ensino, reavaliar as universidades e os cursos que cada uma apresenta, fazendo por um lado, um reajuste às necessidades do mercado de trabalho, estabelecendo uma constante cooperação com as empresas. Por outro, acompanhar e colocar os jovens desde que entram no ensino superior em contacto directo, permanente e com participação activa através do desempenho de funções inerentes à sua futura profissão, nas referidas empresas em cooperação. Mas em simultâneo inculcar o espírito de polivalência para novas aprendizagens e conseqüentemente novas competências.

É fundamental rever as condições de criação de empresas e a implementação de empresas estrangeiras, de forma a evitar a deslocalização para outros países, onde o custo de vida e a mão-de-obra são muito mais baratos. Para solucionar esta questão, as leis deveriam ser revistas ao nível da UE representando, sobretudo a voz dos trabalhadores em uníssono.

As organizações necessitam de uma reciclagem de mentalidades, valorizando os seus funcionários por mérito, reconhecendo-os com melhores condições de trabalho, melhores salários, acabando com os contratos precários.

O trabalhador poderá empenhar-se mais e elevar o nível de produtividade se se sentir mais valorizado e conseqüentemente se estiver mais satisfeito. Deve ainda continuar a formação ao longo da vida, pois esta não pode ser estanque. Ou seja, a educação e formação ao longo da vida

numa perspectiva de aquisição de saberes e competências básicas para o aperfeiçoamento. Posteriormente dentro de cada função, deve realizar-se formações específicas como complemento.

Mas como uma organização não funciona só de funcionários, é essencial investir em equipamentos adequados e apostar na inovação tecnologia. É uma estratégia eficaz para ter sucesso e sobreviver a tanta concorrência.

Perante esta nova realidade, que exige constante adaptação, importa olhá-la como um desafio. É necessário uma aprendizagem constante, não só no que diz respeito a novos conhecimentos e competências, mas também para saber lidar com as novas tendências, normas, regras e leis, mas sobretudo saber lidar com pessoas...

*Aprende as coisas simples!
Para aqueles cujo tempo chegou,
Nunca é tarde!...
Aprende o abc. É pouco!
Mas aprende-o!
Tens de saber tudo!
Tens de tomar o comando!*

*Aprende, homem no asilo!
Aprende, homem na prisão!
Aprende, mulher na cozinha.
Aprende, sexagenária!
Frequenta a escola, homem sem abrigo!
Procura saber tudo,
Tu que tens frio,
Pega no livro, faminto:
O livro é uma arma!
Tens de tomar o comando!*

*Companheiro,
Não tenhas medo de fazer perguntas
E não te deixes enganar!
Vai tu próprio ver!
Tudo aquilo que não aprendeste por ti
Não o sabes!
Verifica a conta,
És tu quem a paga.
Aponta a parcela
E pergunta: O que faz isto aqui?
Tens de tomar o comando!*

*Bertolt Brecht
Retirado de FERREIRA (1999)*

BIBLIOGRAFIA

NOGUEIRA, António Inácio C. (1996), *Para uma Educação permanente à Roda da Vida*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

FERREIRA, Paulo da Trindade (1999), *Guia do Animador, Animar uma Actividade de Formação*, Lisboa, Multinova.

SILVA, José Pedro, REIS, Inês (org), (1996), *Educação é para Todos*, Modelos e Propostas Educativas para o Ensino Básico, Coimbra, Escola Superior de Educação, Instituto politécnico de Coimbra.

PERES, Américo Nunes, (1999), *Educação Intercultural, Utopia ou realidade?*, Porto, Editora PROFEDIÇÕES

SALGADO, Lucília, (org.) *PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS*, Cadernos PEPT 2000, Ministério da Educação, Editorial do Ministério da Educação

www.ine.pt